

COMUNICADO DE IMPRENSA

Estudo de Avaliação Económica e Financeira do Setor das Farmácias

Farmácias em Rutura Económico-financeira

As medidas implementadas no setor do medicamento com o objetivo de redução da despesa pública conduziram ao agravamento da situação económica e financeira das farmácias. Em 2012, em todos os escalões de volume de negócio, as farmácias apresentam, em média, uma rentabilidade líquida das vendas negativa.

A farmácia média apresenta, durante o ano de 2012, um resultado líquido negativo (-39.891 euros) e um resultado operacional antes das amortizações (EBITDA) negativo (-738 euros). Os gastos com pessoal representam 17,2 por cento do valor das vendas e 57 por cento dos custos totais (excluindo o custo das vendas).

As conclusões são do estudo de Avaliação Económica e Financeira do Setor das Farmácias, que caracterizou a situação atual das farmácias portuguesas e estimou o impacto das medidas de redução da despesa pública nos seus resultados até ao final do ano de 2012, com base em informação histórica relativa a 2010 e informação prospetiva relativa a 2011 e 2012.

Os dados da investigação, conduzida por Avelino Azevedo Antão (Universidade de Aveiro) e Carlos Manuel Grenha (Oliveira, Reis & Associados), revelam ainda que, no período de 2010 a 2012, a margem bruta das farmácias reduz 26 por cento, o valor das vendas reduz 17,3 por cento, a rentabilidade operacional das vendas reduz 100,8 por cento e a rentabilidade líquida das vendas reduz 198 por cento.

Esta análise da situação económica e financeira da farmácia média reflete uma significativa degradação dos resultados e da rentabilidade das vendas, que, partindo de uma rentabilidade positiva de 3,1 por cento em 2010 se degrada para uma rentabilidade de -3,7 por cento na estimativa para 2012.

Os resultados operacionais do setor apresentam também um declínio constante ao longo do período histórico e do período estimado, de 5,3 por cento em 2010 para -2,3 por cento em 2012.

Ao longo do mesmo período, apesar da estabilidade dos gastos fixos em termos absolutos, o seu peso face ao volume de negócios anual apresenta uma tendência de aumento acentuado, de 21,6 por cento em 2010 para 26,6 por cento em 2012. Prevê-se também para 2012 uma transferência do número de farmácias para os escalões de volume de negócios inferiores, passando de 37 por cento das farmácias com volume de negócios inferior à média em 2010 para 46 por cento das farmácias em 2012.

No período em análise, o setor do medicamento foi objeto de diversas medidas com vista a uma redução da despesa pública, com o respetivo impacto nas farmácias comunitárias. Neste âmbito, o ano de 2011 ficou essencialmente marcado por alterações ao regime de comparticipação de medicamentos que motivaram consecutivas reduções nos preços.

O ano de 2012 começou com uma alteração profunda sobre o modelo de remuneração do medicamento, que veio reduzir significativamente a margem bruta de venda das farmácias. Assim, estima-se o encerramento de um número significativo de farmácias, que poderá significar a sobrevivência de algumas, mas implicará necessariamente uma redução da cobertura farmacêutica e uma maior dificuldade no acesso aos medicamentos por parte da população.

Sobre os Autores:

Avelino Azevedo Antão é Técnico e Revisor Oficial de Contas, membro do Conselho Superior da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, membro da Comissão de Revisão da Tradução das Normas Internacionais de Relato Financeiro, membro efectivo da Comissão de Normalização Contabilística e membro do Gabinete de Estudos da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

É também Professor Adjunto do quadro do Instituto Superior de Contabilidade e Administração e do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro da disciplina de Fiscalidade e Director Adjunto da Revista Científica de Contabilidade e Gestão.

É Mestre em Contabilidade e Finanças Empresariais pela Universidade Aberta e possui pós-graduações avançadas em Direito Fiscal: Estratégias de Planeamento Fiscal e em Direito Fiscal: Tributação dos Instrumentos Financeiros e das Operações de Financiamento Empresarial, ambas pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Possui ainda a pós-graduação em Contabilidade e Finanças Empresariais pela Universidade Aberta.

Avelino Antão tem também publicados vários artigos ligados às áreas contabilística e da fiscalidade.

Carlos Manuel Grenha é licenciado em Auditoria pelo ISCAL, Revisor Oficial de Contas n.º 1.266 e o Técnico Oficial de Contas n.º 16.845.

Foi Presidente da Comissão de Acreditação de Cursos e membro da Comissão de preparação de Regulamento de Estágio e Exame da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, até 2005, membro da Comissão de Controlo de Qualidade da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e da Comissão Executiva da Comissão de Normalização Contabilística.

Foi, igualmente, membro da Comissão de acompanhamento no âmbito da Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, para a discussão pública do novo sistema de normalização contabilística e Membro da Direcção da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, de 1999 a 2005.

É colaborador da Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., desde 1996 e sócio gerente desde 2007, e docente do ensino superior e Membro do Conselho Consultivo de diversas instituições de ensino superior.

É, ainda, co-autor de livros relativos ao novo Sistema de Normalização Contabilística e autor de artigos em publicações especializadas na área financeira.

Informações adicionais: **Armando Salvado e Ana Fonseca**

LPM Comunicação

Tel. 21 850 81 10 / 961 037 693 / 961 775 791

armandosalvado@lpmcom.pt / anafonseca@lpmcom.pt

Ed. Lisboa Oriente, Av. Infante D. Henrique, 333 H - Escritório 49, 1800-282 Lisboa

www.lpmcom.pt